

Educação

Agenda 97

Reitor critica proposta de mudança na autonomia

Para Flávio Fava de Moraes, da USP, a intenção do Ministério da Educação de alterar o artigo 207 da Constituição, subordinando a autonomia universitária a uma lei complementar, é retrocesso

O reitor da Universidade de São Paulo (USP), Flávio Fava de Moraes, considera que houve grandes avanços na área da educação nos dois primeiros anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre as conquistas, cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a garantia de eleição para os dirigentes universitários e a decisão do governo de avaliar os cursos, basicamente o chamado "provão". Em entrevista a Ana Cristina Rosa e Helio Gama Neto, o reitor, porém, faz ressalvas. Segundo ele, o Conselho de Graduação da USP deverá divulgar, no início deste semestre letivo, a avaliação das provas que foram feitas nas faculdades de Administração, de Direito e de Engenharia.

"Coisas bastante elementares que foram perguntadas, na realidade, só separam o pior do melhor, mas não têm a capacidade de diferenciar a qualidade." O reitor critica a proposta do Ministério da Educação e do Desporto de alterar o artigo 207 da Constituição, subordinando a autonomia universitária a uma lei complementar. "Isso é um grande retrocesso", avalia. Recomenda ainda maior preocupação com a expansão da rede de ensino público e garante que a inserção social das universidades é forte, mas admite que há dificuldades de comunicação entre o mundo acadêmico e a sociedade.

■ **Eleição de reitores** — É uma avanço a modificação da legislação que estabeleceu um novo mecanismo para a eleição dos dirigentes universitários, fazendo com que os professores, funcionários e alunos participem, mas que seja um processo com maior responsabilidade de parte dos docentes.

■ **LDB** — O fato de o Congresso ter aprovado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é ótimo, porque agora se tem, pelo menos, diretrizes que possam contribuir com a gestão do sistema educacional. A lei oferece possibilidades de lapidações constantes, ou seja, é uma lei que não amarra muito, tornando flexíveis diferentes tipos de atitudes. E, à medida que formos conhecendo os resultados dessa flexibilidade, acredito que ela passará por adequações.

■ **Provão** — A avaliação dos cursos é um passo a mais de um programa que já existe, que é o da avaliação institucional. Isso foi traduzido pela

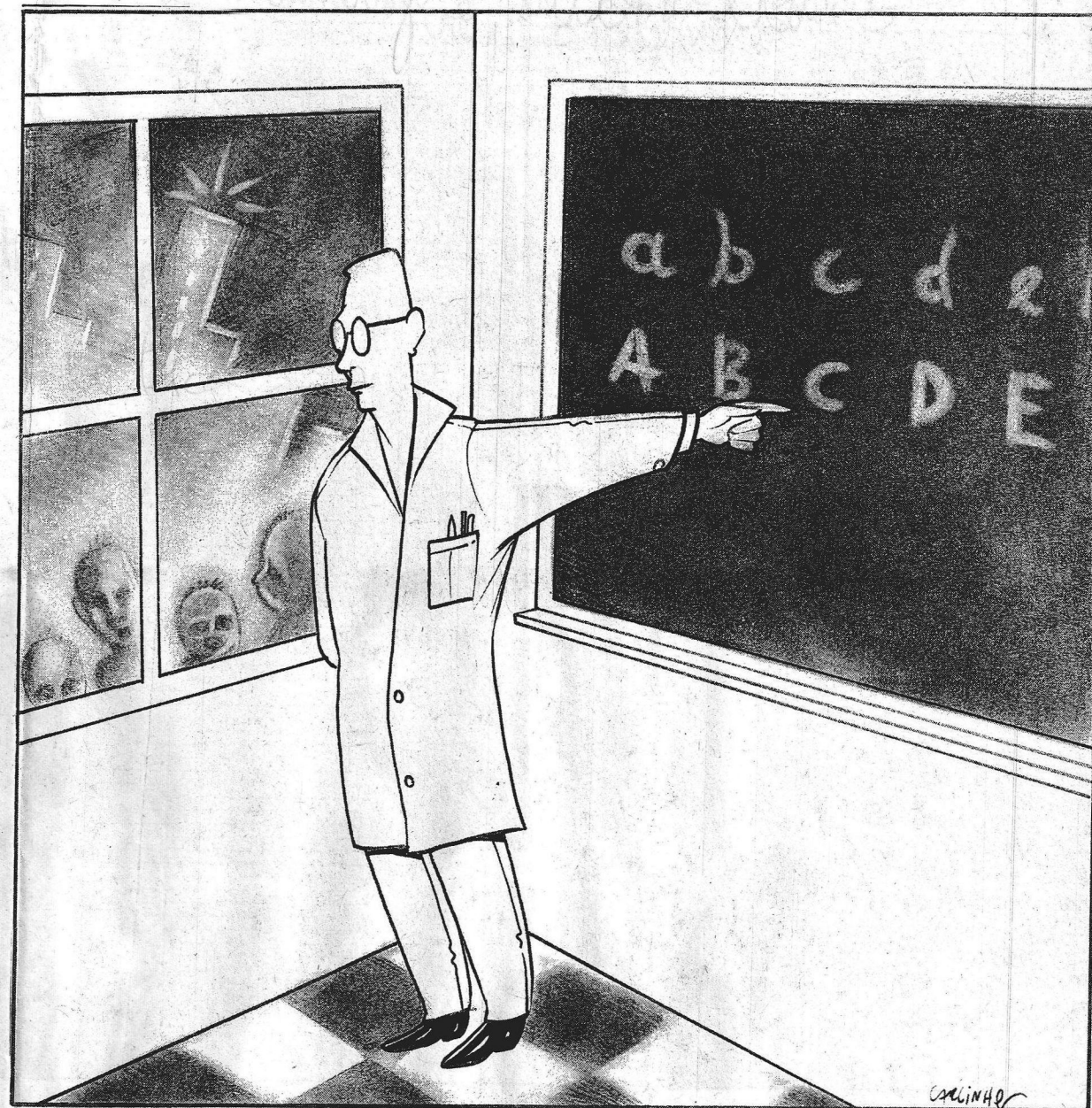
sociedade numa expressão simples que foi chamada de "provão". A USP fez a análise dessa prova e, no fundo, o resultado foi construtivo. O Conselho de Graduação deverá divulgar, no início deste semestre letivo, a avaliação das provas que foram feitas na Administração, no Direito e na Engenharia. Não conheço as minúcias do relatório, mas basicamente se

comenta, por exemplo, que coisas elementares perguntadas, na realidade, só separam o pior do melhor, mas não têm capacidade de diferenciar a qualidade. Não se trata de dizer que o provão foi uma má idéia. O problema todo era a maneira, a forma como iria ser conduzido e, também um pouco do aqodamento do ministério para que as coisas acontecessem. Por outro lado, o aqodamento se justifica pela sensação de que num período de governo, que é um curto, se você pensar muito, as coisas não acontecem. O que não se pode é fazer com que uma boa idéia seja perdida por uma má execução. E, descobertas as falhas, temos de usá-las para aperfeiçoar o sistema.

■ **Autonomia das Universidades** — Sobre a política educacional brasileira faço apenas uma ressalva, em relação à proposta do MEC para alterar o artigo 207 da Constituição, subordinando a autonomia universitária a uma lei complementar, a uma lei ordinária. O artigo 207 da Constituição, depois de longa e tenebrosa luta da comunidade brasileira, garante, de forma explícita, que a universidade no Brasil tem autonomia — que é um conceito que caminha com a palavra universidade desde 800 anos atrás. E esse artigo, por grande coincidência, está na Constituição por causa de duas pessoas, entre outras: o professor Florestan Fernandes e o professor Fernando Henrique Cardoso. Mas durante esse processo constituinte também se fez o artigo 209, que deu ao Poder Público o direito de fazer o controle das universidades privadas, coisa que o governo nunca fez, ou fez mal. Então para ter um maior controle sobre a autonomia quiseram subordinar o conceito de autonomia das universidades na forma da lei, e acho que isso é um retrocesso, pois a universidade, desta forma, ficaria subordinada às intenções políticas contemporâneas ou da contemporaneidade.

■ **Agenda para a educação em 1997** — Nas universidades federais, o governo deve se aproximar ao máximo do modelo que existe nas estaduais paulistas, aperfeiçoando as vantagens, já conhecidas. Ele pode fazer algo até melhor: basta corrigir as coisas. Você quer um exemplo de correção? Nosso orçamento é vinculado ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, o que considero um erro, devia ser vinculado à receita tributária. Muitas vezes, o governo, e isso tem acontecido com certa frequência, faz isenções do ICMS para uma série de coisas de interesse dele sem nos perguntar qual consequência teremos em função das isenções que concedeu.

■ **Relação academia-sociedade** — Esse é um discurso que, na realidade, começa a impor na universidade uma solução tipo panaceia. Ou seja, se a universidade quiser, resolve todos os problemas do mundo, resolve o problema da fome, da pobreza, da habitação, do transporte. Mas não é



assim. A prova é que a missão básica da universidade é formar pessoas qualificadas não só no que elas possam saber, mas principalmente no que podem pensar. E, em cima disso, a universidade tem de gerar conhecimentos, saber usar o conhecimento. Tem, portanto, de desenvolver o uso das tecnologias. Agora, tem um mundo de coisas que ela faz e as pessoas não percebem, como uma relação social. Quando sete mil jovens ingressam na USP a cada ano, significa que a sociedade entrou na academia com aquelas pessoas. Quando saem daqui, representam a entrada da USP na sociedade. Ou seja, a inserção é forte. Há ainda as relações de conquistas: hospitais universitários, museus, etc.. O que não conseguimos, ainda, é mostrar tudo o que

os locais de grande excelência acadêmica, que serão sempre disputados. A tendência é que as instituições optem por fórmulas diferenciadas, o que não exclui a necessidade de seleção onde houver grande demanda de alunos.

■ **Ensino básico** — Todo estímulo para fazer com que o ensino básico seja mais abrangente e tenha melhor qualidade, só um louco delirante pode ficar contra. Esse é um esforço que realmente merece todos os elogios. Agora, isso corresponde a um efeito dominó. O problema todo é que, quanto maior for o número de pessoas que tenham acesso aos diferentes níveis de educação, maior tem de ser a oferta no setor. E a oferta também exige cada vez mais quali-

da oferta do sistema privado. O que precisamos, no futuro, é prever esse equilíbrio entre a demanda e a oferta e, principalmente, que o crescimento dessa educação melhorada tenha qualidade para oferecer igualdade de oportunidades.

■ **Parcerias** — Existem várias sugestões que apontam para uma parceria universidade-iniciativa privada. Acredito, porém, que antes é necessário criar a conscientização de que o sistema público e o sistema privado devam competir na qualidade e não disputar na sociedade. Têm de disputar na qualidade, como nos Estados Unidos. Michigan é estatal, Harvard é privada, mas as duas estão assim de alunos atrás delas. Não tenho a menor dúvida de que os dois



**ESTADUAIS
PAULISTAS
DEVEM SERVIR
DE MODELO**